



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.825, DE 2024

Dispõe sobre a disponibilização do carnê do IPTU em braile.

**Autor:** Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

**Relatora:** Deputada DAYANY BITTENCOURT

### 1 - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.825, de 2024, de autoria do Sr. Deputado Evair Vieira de Melo, que trata sobre a disponibilização em Braille do carnê de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Na justificativa, o autor do projeto enfatiza a importância da transparência no pagamento de impostos, afirmando que "a transparência no pagamento dos impostos é um princípio básico que deve ser respeitado por todos os entes federados do nosso país".

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

O projeto não possui apensos. Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas, nesta comissão.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

### 2 - VOTO DA RELATORA





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.825, de 2024, de autoria do Sr. Deputado Evair Vieira de Melo, que trata sobre a disponibilização em Braille do carnê de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Cabe a esta Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência a análise do mérito da proposição, do ponto de vista da defesa das garantias das pessoas com deficiência, com base nas atribuições que lhe confere o art. 32, inciso XXIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O Projeto de Lei nº 3825, de 2024, tem como objetivo assegurar que os carnês anuais do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sejam disponibilizados no sistema Braile para os contribuintes com deficiência visual. O projeto estabelece que os entes federados devem enviar os carnês em um formato acessível, preferencialmente em Braile, permitindo que esses cidadãos compreendam melhor os valores a serem pagos.

Ademais, o texto ressalta a responsabilidade dos entes federados em zelar pela saúde e assistência pública, assim como pela proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. O autor defende que a transparência no pagamento de impostos é um princípio fundamental que deve ser respeitado, e que a discriminação no acesso à informação fiscal é inaceitável.

Ao nosso juízo, a proposta é meritória e oportuna do ponto de vista da defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Contudo, também ao nosso juízo, o texto necessita dois importantes tipos de ajustes, que são os seguintes:

1. Primeiramente, a redação dos dispositivos precisa ser refeita, de modo a manter o foco no comando da lei e não na justificção. Na forma como está, os dispositivos interpolam o comando legal com argumentos de fundamentação substantiva, o que prejudica a objetividade do texto legal. Além do





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

aspecto formal da técnica legislativa, isso pode comprometer, no conteúdo, os direitos que se visa tutelar, ao inserir possíveis imprecisões na previsão legal. Sem embargo, algumas referências feitas ao texto constitucional não parecem precisas, como a menção ao 7º, inciso XXI, assim como a menção ao artigo 26.

2. Em segundo lugar, é importante, ao nosso ver, prever as garantias em termos mais gerais. Cremos ser melhor falar em termos de “recursos de acessibilidade”, na esteira da Lei 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Isso não exclui a utilização do recurso do sistema Braille. Pelo contrário, o inclui. Mas permite também que sejam utilizados outros recursos de acessibilidade. Isso é essencial, tendo em vistas que vivemos, atualmente, num mundo em que a comunicação ocorre cada vez mais por meios digitais.

Finalmente, cabe-nos notar que, nos termos da Constituição Federal, é competência dos Municípios e do Distrito Federal instituir e arrecadar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Por outro lado, de acordo com o art. 23, inciso II, da mesma Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência.

Assim, podemos aduzir que esta proposta não invade a competência de outros entes federativos, uma vez que não visa instituir ou arrecadar tributo, mas sim dispor sobre a acessibilidade dos meios de execução da cobrança. O foco da proposta está na proteção da cidadania para as pessoas com deficiência. Seu objetivo é o de garantir que as





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

pessoas com deficiência tenham, em igualdade de condições com os demais cidadãos, acesso ao teor dos instrumentos de cobrança de tributos.

### 2.1 – CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.825, de 2024, na forma do Substitutivo em anexo.

Salas das Comissões, em 25 de agosto de 2025.

  
Deputada **DAYANY BITTENCOURT**  
Relatora





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.825, DE 2024

Dispõe sobre a disponibilização do carnê do IPTU em formato acessível a pessoas com deficiência visual, e dá outras providências.

O **Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a disponibilização do carnê do IPTU em formato acessível a pessoas com deficiência visual, e dá outras providências.

**Art. 2º** A cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) será realizada também em linguagem acessível para os contribuintes com deficiência visual.

§1º No caso de cobrança através de documento físico, será dada preferência ao sistema Braille.

§2º A utilização de linguagem acessível a que se refere o caput aplica-se, cumulativamente, a todos os meios de cobrança utilizados, inclusive os meios digitais.

§3º Para cumprir o disposto no caput deste artigo, poderão ser utilizados quaisquer recursos de tecnologia assistiva com eficácia comprovada.

**Art. 3º** A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-B:

*"Art.7º-B As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, deverão, na sua comunicação*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

*com o consumidor final, oferecer recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual.*

*Parágrafo único. As comunicações de que trata o caput incluem todos os instrumentos necessários para o pleno exercício de direitos na relação de serviço, como contratos, correspondências e cobranças. ” (NR)*

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Salas das Comissões, em 25 de agosto de 2025.

  
Deputada **DAYANY BITTENCOURT**  
Relatora

